

MBA em

Políticas Públicas



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
2. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	4
3. HISTÓRICO DA ESCOLA DE GOVERNO.....	6
4. IDENTIFICAÇÃO	8
5. JUSTIFICATIVA	9
6. OBJETIVO.....	10
7. PÚBLICO-ALVO.....	11
8. REQUISITOS PARA INGRESSO NO CURSO	11
9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E INSCRIÇÃO	12
10. PERFIL DO INGRESSANTE	12
11. ORGANIZAÇÃO	13
12. EXECUÇÃO	13
13. FORMAÇÃO CURRICULAR	14
14. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	28
15. CERTIFICAÇÃO	32
16. RECURSOS HUMANOS	32
17. INFRAESTRUTURA DA ESCOLA DE GOVERNO	39
18. REFERÊNCIAS	40

1. APRESENTAÇÃO

Este documento busca consolidar as diretrizes para o Projeto Pedagógico do Curso de MBA em Políticas Públicas, da Escola de Governo de Goiás, considerando o último credenciamento obtido conforme descrito na Resolução CEE/CES N. 53/2023, de 27 de outubro de 2023.

A partir de elementos consolidados, tem-se a preocupação em colocar à disposição dos servidores públicos estaduais informações sobre a organização do curso no que se refere ao perfil do egresso, às competências, formação curricular, o processo de avaliação, além do regime escolar e outros fatores que constroem o referido projeto pedagógico.

Deve-se registrar que o processo de aprendizagem na Escola de Governo acontece de maneira dinâmica e aberta, possibilitando o constante olhar coletivo do projeto pedagógico do curso, a fim de revisá-lo, problematizá-lo e reconfirmá-lo a partir das demandas da administração pública e das dinâmicas do cenário atual.

Este projeto pedagógico do curso foi elaborado seguindo o Decreto nº 9.738/2020, que estabelece as diretrizes da Política Estadual de Capacitação e de Desenvolvimento Profissional a ser aplicada ao Servidor Público; da Portaria nº 13/2022 (SEAD) que designa servidores públicos para exercerem a atividade de instrutor nas ações de capacitação da Escola de Governo; da Resolução CEE - CP nº 06/2015 que estabelece normas para o credenciamento de Escolas de Governo e da Resolução CEE - CP nº 03/2016 que estabelece normas para o sistema Estadual de Educação Superior do Estado de Goiás.

2. CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso de MBA em Políticas Públicas é um curso de pós-graduação *lato sensu* que será ofertado pela primeira vez pela Escola de Governo, unidade da Secretaria de Estado da Administração, aos servidores do Estado, dentro do programa de capacitação estabelecido pela Política Estadual de Capacitação e Desenvolvimento Profissional, instituída pelo Decreto nº 9.738, de 27 de outubro de 2020.

Nesse contexto, o curso de MBA em Políticas Públicas foi concebido como uma plataforma de formação na qual o servidor, desde o processo seletivo, será estimulado a identificar e analisar problemas concretos da prática governamental, trazendo essas questões para o ambiente acadêmico com o intuito de buscar soluções úteis, eficazes e aplicáveis.

O curso está alinhado à Missão da Escola de Governo de “Desenvolver competências nos servidores públicos, com foco no conhecimento, inovação e resultados, integrando pessoas e parceiros que contribuam para o desenvolvimento do Estado” e com os valores institucionais de inovação, ética, transparência, eficiência e colaboração.

É imperativa a convergência do projeto pedagógico do curso com as tendências e melhores práticas da administração pública. Cabe ressaltar que a gestão e as políticas públicas cada vez mais se materializam em arranjos de governança pública. Essas complexas e variadas configurações de governança demandam competências do agente público que não se restringem à execução ou à implementação, uma vez que são necessários conhecimentos e habilidades em todas as etapas do processo de políticas públicas.

O Curso de MBA em Políticas Públicas é uma iniciativa essencial para a formação de profissionais capazes de responder às demandas complexas e dinâmicas do setor público. Em um contexto de rápidas transformações sociais, econômicas e tecnológicas, a administração pública exige servidores que não apenas compreendam os desafios contemporâneos, mas também possuam as habilidades e o conhecimento necessários para propor e implementar soluções inovadoras e eficazes.

O MBA é justificado pela crescente necessidade de aprimoramento dos agentes públicos, conforme estabelecido pela Política Estadual de Capacitação e Desenvolvimento Profissional. O curso visa capacitar os servidores a atuar de forma estratégica em todas as

fases do ciclo de políticas públicas, desde a identificação de problemas e formulação de agendas até a avaliação e aprimoramento de políticas implementadas. Isso é especialmente relevante diante da complexidade dos novos arranjos de governança, que envolvem a colaboração entre diferentes esferas de governo e outros atores sociais.

Além disso, o curso contribui diretamente para a valorização do servidor público, proporcionando-lhe as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de uma visão crítica, integrada e propositiva. Dessa forma, prepara os participantes para serem protagonistas na construção de políticas públicas que atendam de maneira eficiente e sustentável às demandas da sociedade, fortalecendo a governança pública e promovendo melhorias na qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

3. HISTÓRICO DA ESCOLA DE GOVERNO

A história da Escola de Governo de Goiás teve início com a Lei nº 3.999, de novembro de 1961, constituindo-se como Escola do Serviço Público integrante da Secretaria da Administração. Em 1988, através da Lei nº 10.502, de 9 de maio de 1988, foi transformada em Fundação Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Servidor Civil, ainda pertencente à Secretaria da Administração.

A denominação de Escola de Governo surgiu com a emenda constitucional nº 19/1998, que prevê que “(...) a União, Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos(...)"". Com isso, no ano de 1999, a Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, extinguiu a Secretaria da Administração e incorporou a Fundação Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Servidor Civil à Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos.

O Decreto nº 5.247, de 19 de junho de 2000, estabeleceu nova nomenclatura: a de Diretoria de Administração de Recursos Humanos e Escola de Governo. Com o Decreto nº 5.639, de 19 de junho de 2002 passou a ser denominada Diretoria de Gestão de Pessoas e Escola de Governo. A Lei nº 14.383, de 31 de dezembro de 2002, dividiu essa diretoria em duas, a saber: Gerência Executiva da Escola de Governo e Gerência Executiva de Pessoal, ambas integrantes da Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos. Devido a essa divisão, a Gerência Executiva da Escola de Governo ganhou autonomia no que se refere à tomada de decisões e teve sua estrutura ampliada.

Com essa alteração, a Escola de Governo ampliou suas ações educacionais, executando programas, projetos, cursos e ações destinadas a capacitar os servidores públicos estaduais em competências que são consideradas pelos órgãos públicos como importantes para a melhoria dos processos de trabalho e, consequentemente, para a eficiência e qualidade nos serviços prestados à população.

Em 30 de maio de 2008, por meio da Lei nº 16.272, que dispõe sobre a organização Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, a Gerência Executiva da Escola de Governo transformou-se em Centro de Educação Profissional Escola de Governo, vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia.

Em 2011 a Lei nº 17.257 promoveu uma nova Reforma Administrativa na qual a Secretaria de Gestão e Planejamento passou a ser a ser denominada de Secretaria da Administração e elevou a Escola de Governo à condição de Superintendência. Com esse novo status passou a adotar novas estratégias para a formação e profissionalização dos servidores públicos estaduais, além dos cursos de treinamento e capacitação de curta duração passou a investir mais no ensino superior, por meio de parcerias com instituições acadêmicas.

Por meio da Lei nº 21.792/2023, que definiu a nova estrutura da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, a Escola de Governo tornou-se uma Diretoria componente da estrutura básica da Secretaria de Estado da Administração – SEAD. No decreto nº 10.218/2023, que regulamenta a referida lei, constam na estrutura da Escola três gerências denominadas: Gerência de Desenvolvimento Profissional; Gerência do Ensino Superior e Projetos Pedagógicos; Gerência do Laboratório de Inovação e Desenvolvimento de Pessoas – *PequiLab*.

Atualmente, a Escola de Governo oferta cursos de curta duração nos seguintes eixos temáticos: gestão de pessoas e desenvolvimento comportamental; liderança; jurídico; compras governamentais; orçamento e finanças públicas; comunicação; gestão estratégica; *compliance* público; gestão básica; tecnologia da informação e formação básica. A Escola de Governo oferece também duas especializações: uma em Gestão, Pessoas e Inovação; e outra em Projetos e Processos. Por fim, oferece um Mestrado Interinstitucional Profissional em Economia do Setor Público, realizado em parceria com a Universidade de Brasília – UnB.

Nessa seara, a Escola de Governo propõe a criação de um novo curso de MBA em Políticas Públicas, com o intuito de proporcionar a mais pessoas formação com nível elevado de reflexão e produção científica. A nova propositura reafirma os objetivos de transformar pessoas, cultivar novos saberes e apoiar a performance dos servidores públicos na promoção da cidadania e do desenvolvimento social. Além disso, busca fortalecer a capacidade técnica dos profissionais para a melhoria da implementação, execução e monitoramento de políticas públicas, assegurando maior efetividade e impacto das ações governamentais nas diversas esferas da administração pública.

4. IDENTIFICAÇÃO

4.1 INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

Instituição:	Diretoria Executiva da Escola de Governo
Superintendente:	Roberta Rodrigues Costa
Endereço:	Rua C-135 Esq. Com a C-149 – Jardim América – Goiânia - Goiás. CEP: 74910.380
Telefone:	(62)3201-9259
Site:	www.escoladegoverno.go.gov.br
e-mail:	escoladegoverno@goias.gov.br

4.2 CURSO

Nome do Curso:	MBA em Políticas Públicas			
Coordenadora do curso:	Cristiane Rachel de Paiva Felipe			
Coordenador Pedagógico:	Rafael Delfino Rodrigues Alves			
Estimativa da quantidade de alunos para o curso				
Mínimo – 25 e Máximo - 40				
Previsão para início do curso:	Previsão para término do curso	Carga Horária Total		
Setembro de 2025	Março de 2027	400 horas		

5. JUSTIFICATIVA

A realização de um curso de MBA em políticas públicas na Escola de Governo de Goiás é uma iniciativa estratégica e essencial para a melhoria contínua da administração pública. Houve uma consulta pública realizada em junho de 2023 para a construção do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 do Governo do Estado de Goiás, ele revelou o interesse da população na ampliação do investimento na capacitação de servidores públicos, com 63% dos participantes reconhecendo a importância da formação para uma gestão pública responsável (GOIÁS, 2024, p.71). Isso evidencia a relação direta entre a qualidade dos serviços prestados e a capacidade dos servidores de exercerem suas funções com eficiência.

O MBA em políticas públicas permitirá um aprimoramento contínuo da qualidade dos serviços, alinhando-se à missão das instituições públicas de melhor atender às necessidades da coletividade. A qualificação avançada na área possibilitará um planejamento e execução estruturados das atribuições, além de prever o monitoramento dos indicadores para avaliação dos resultados.

Além de capacitar servidores para o gerenciamento de projetos e processos segundo as métricas da boa governança, o MBA tem o potencial de qualificar os alunos na replicação do conhecimento adquirido, habilitando-os a disseminar conteúdos em suas unidades de origem. A formação de redes de colaboração para a produção e disseminação de conhecimento em atividades de pesquisa e extensão, é outro benefício.

A oferta de um curso de pós-graduação com essa temática atende aos requisitos essenciais para a governança e para o cumprimento dos princípios constitucionais da administração pública, tornando-se uma fonte de informação e um canal aberto para o diálogo sobre práticas vinculadas ao planejamento do Estado. O MBA em Políticas Públicas também está alinhado com os eixos orientadores do Programa de Compliance Público Estadual (Decreto nº 9.406/2019), propondo a análise e resolução de problemas cotidianos da administração a partir da gestão de riscos atrelada ao bom andamento dos processos institucionais.

Portanto, a implementação desse curso de pós-graduação *lato sensu* na Escola de

Governo de Goiás é uma ação que contribuirá para a capacitação dos servidores públicos e para a melhoria da gestão pública no estado.

6. OBJETIVO

Objetivo Geral

Capacitar servidores públicos com formação técnica e prática sólida para liderar transformações no setor público em relação às políticas públicas em Goiás.

Objetivos Específicos

- I. Promover a eficiência e inovação na gestão pública, alinhada às melhores práticas globais e às necessidades locais.
- II. Fomentar a sustentabilidade e a governança em políticas públicas, em conformidade com as legislações estaduais.
- III. Facilitar a implementação e monitoramento de políticas públicas com transparência e a participação cidadã.

7. PÚBLICO-ALVO

Servidores Públicos do Poder Executivo do Estado de Goiás – efetivos e comissionados, na ativa, lotados nos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional e, ocupantes, preferencialmente, de cargos ou funções de liderança, interessados em atingir novos níveis de formação acadêmica ou que desejam ampliar conhecimentos e habilidades para uma atuação mais profissional, inovadora e eficaz na administração pública.

8. REQUISITOS PARA INGRESSO NO CURSO

São requisitos para ingresso no curso:

- I. Ser egresso de instituições de ensino superior sediadas no Brasil, devidamente autorizadas e reconhecidas pelo Ministério da Educação ou órgão equivalente, portadores de diplomas nas modalidades bacharelado, licenciatura ou curso superior tecnológico.
- II. Ser servidor público do Poder Executivo do Estado de Goiás – efetivo e/ou comissionado, na ativa, lotado nos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, preferencialmente, ocupante de cargo ou funções de liderança.
- III. Ser aprovado(a) em processo seletivo conduzido pela Escola de Governo;
- IV. Não estar cursando outro programa de pós-graduação financiado pelo Estado de Goiás e
- V. Apresentar os documentos necessários para a efetivação da matrícula, conforme definido em edital específico do processo seletivo.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E INSCRIÇÃO

Para ingresso no curso, os servidores públicos deverão ser aprovados em processo seletivo a ser divulgado no site da Escola de Governo, via Edital Público, atendendo às diferentes etapas dentro de suas especificidades.

10. PERFIL DO INGRESSANTE

Coerente com esse ideal de gerar valor público para os usuários e a sociedade, a proposta vislumbra um perfil de servidor público, que terá as seguintes competências:

- I. Examinar dados e evidências para ajustar os serviços às necessidades reais da sociedade. Utilização de ferramentas de identificação de causas e efeitos, métodos e técnicas para a formulação de políticas públicas.
- II. Identificar métodos e técnicas de planejamento, garantindo que as ações e recursos estejam alinhados com as metas e objetivos estabelecidos. Formulação de estratégias de implementação e gestão de recursos, análise do contexto social, econômico e político.
- III. Conhecer segurança da informação, incluindo o uso ético de dados públicos, proteção de dados e sistemas. Governança digital, ética e segurança no uso de dados, prevenção de fraudes e cumprimento de normas éticas e legais.
- IV. Ser assertivo e respeitoso na interação e comunicação com os outros. Práticas de transparência governamental e acesso à informação, promoção de *accountability* e controle social.
- V. Avaliar o impacto das tendências sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas no contexto de trabalho. Análise comparativa de experiências nacionais e internacionais, definição e utilização de indicadores para monitoramento e avaliação de políticas públicas.
- VI. Dominar sistemas e ferramentas de boa governança. Planejamento orçamentário, alocação eficiente de recursos, governança financeira, responsabilidade fiscal e mecanismos de controle e auditoria.
- VII. Adequar modelos de gestão às alternativas tecnológicas e informacionais, facilitando processos decisórios, monitoramento e avaliação de processos de trabalho. Uso de tecnologias como inteligência artificial, *big data*, *blockchain* e *IoT* nas políticas públicas, melhoria da eficiência, transparência e sustentabilidade.
- VIII. Manter-se aberto à inovação, buscando constantemente novas soluções e práticas para melhorar a gestão pública. Implementação de ações que promovam a

preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, adoção de boas práticas de ESG no gerenciamento de recursos públicos.

11. ORGANIZAÇÃO

A organização curricular do curso se estrutura em torno das competências essenciais que devem ser desenvolvidas nos servidores públicos para construção de valor público, sendo compreendido como a capacidade de o Estado oferecer respostas efetivas às necessidades, demandas e expectativas dos usuários e da sociedade.

Esse curso se organiza a partir de 12 (doze) disciplinas. Cada disciplina será ministrada ao longo de dois finais de semana, com aulas presenciais na Escola de Governo, nas noites de sexta-feira e no sábado (matutino e vespertino), totalizando 12 horas-aula por final de semana, o que representa 24 horas-aula presenciais por disciplina (80 % da carga horária total).

Antes de cada módulo, será oferecida uma aula na modalidade EAD assíncrona, com uma atividade prévia, correspondente a 6 horas-aula (3 horas-aula que antecedem cada final de semana de cada disciplina, as 6h correspondem a 20% da carga horária da disciplina). A nota da atividade prévia valerá 2 pontos, o que representa 20% da nota final do aluno. O prazo máximo para a entrega da atividade será até às 23h59 do dia que antecede o início da disciplina presencial em cada final de semana.

12. EXECUÇÃO

Período de Execução: O curso será executado após a aprovação do MBA no Conselho Estadual de Educação.

Forma de realização: o curso será realizado quinzenalmente.

A carga horária total do curso: 400 horas, a ser cursada em até 18 meses, incluído o prazo para entrega do trabalho de conclusão do curso - TCC.

A carga horária preferencialmente quinzenal: 12 horas, distribuídas em dois dias da seguinte forma: sexta-feira no período noturno (das 19h às 22h) e aos sábados (das 8h às 12h e das 13h às 18h) que somam 24h, estas serão complementadas com 6h de atividades assíncronas em

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

13. FORMAÇÃO CURRICULAR

DISCIPLINAS	CH
1. Introdução ao Ciclo de Políticas Públicas	30h
2. Dinâmicas Globais e Locais: Governança e Impacto nas Políticas Públicas	30h
3. Gestão do Orçamento Público e Governança Financeira	30h
4. Financiamentos e Recursos para Políticas Públicas e Parcerias Público-Privadas	30h
5. Metodologia do Trabalho Científico	30h
6. Inovação Tecnológica em Políticas Públicas	30h
7. Participação Cidadã, Transparência e Acesso à Informação em Políticas Públicas	30h
8. Políticas Públicas: Estratégias de Combate à Desigualdade Social	30h
9. Gestão Pública e Sustentabilidade: Práticas De ESG no Setor Público	30h
10. Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	30h
11. Econometria e Métodos Quantitativos em Políticas Públicas	30h
12. Aplicações Setoriais e Estudos de Caso	30h
13. Trabalho de Conclusão de Curso	40h
Carga horária total do Curso	400h

13.1 FICHAS DAS DISCIPLINAS

Disciplina: Introdução ao Ciclo de Políticas Públicas
Professor: Me. Alessandro Melo da Silva
Carga Horária Total: 30h
Ementa
Problemas e políticas públicas. Processo de formação da agenda. Instrumentos de formulação e design de políticas. Definição de problemas, diagnósticos, opções e soluções. Ferramentas de identificação de causas e efeitos. Instrumentos de políticas públicas. Métodos e técnicas para a formulação e implementação de políticas públicas.
Referências Bibliográficas
Básicas:
ARRETCHE, M. Trajetórias das políticas públicas no Brasil. Editora Unesp, 2021.
CAIRNEY, P. Understanding Public Policy: Theories and Issues. 2ª ed. Red Globe Press, 2020.
DINIZ, E. C.; RIBEIRO, M. M. Planejamento governamental e políticas públicas: teoria e prática no Brasil. Editora FGV, 2020.
FARIA, C. A. P. (Org.). Avaliação de políticas públicas: conceitos e experiências brasileiras. Editora Enap, 2021.
HOWLETT, M.; MUKHERJEE, I. Handbook of Policy Design. Edward Elgar, 2021.
LASSWELL, H. D. A Grammar of Policy Science. Routledge, 2021. (ed. póstuma comentada).
LOTTA, G. S.; PIRES, R. R. C.; OLIVEIRA, V. E. (Orgs.). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Editora Enap, 2021.
PETERS, B. G. Advanced Introduction to Public Policy. Edward Elgar, 2020.

Complementar:

DUNLOP, C. A.; RADAELLI, C. M.; TREIN, P. The lessons of policy learning: Types, triggers, and actors. **Policy and Politics**, v. 48, n. 2, p. 281–298, 2020.

HEAD, B. W. Evidence-based policy: past, present and future. **Public Administration Review**, v. 81, n. 6, p. 1146–1153, 2021.

HOWLETT, M.; CAPANO, G. The policy design approach: Redesigning policy formulation for complex governance contexts. **Policy and Society**, v. 41, n. 1, p. 1–16, 2022.

LICHAND, Guilherme; SERDEIRA, Amiris de Paula; RIZARD, Bruno. **Insights comportamentais para o diagnóstico de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2022.

SCHOMAKER, R. M.; BAUER, M. W. State capacity and the governance of crisis: COVID-19 and the rule of law. **Public Administration**, v. 98, n. 4, p. 1121–1131, 2020.

Disciplina: Dinâmicas Globais e Locais: Governança e Impacto nas Políticas Públicas**Professor:** Me. João Paulo Marra Dantas**Carga Horária Total:** 30h**Ementa**

Influência do contexto internacional e nacional nas políticas públicas. Comparação de sistemas de governança em diferentes países. Impacto da política fiscal, taxas de juros e regulamentações na construção de políticas públicas. Funcionamento dos mercados, falhas de mercado e respostas governamentais. Arrecadação de receitas, tributação e mitigação de choques macroeconômicos. Planos de mitigação de riscos. Análise do impacto econômico e social dos subsídios e incentivos governamentais e sua efetividade.

Referências Bibliográficas**Básicas:**

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. Varieties of Capitalism and Institutional Change. **Political Studies**, v. 68, n. 4, p. 789-812, 2020.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia L. **Finanças Públicas:** teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2021.

KURTZ, Marcus J.; SCHRANK, Andrew. Governance and Growth in Developing Countries. **The Journal of Politics**, v. 83, n. 2, p. 456-478, 2021.

STIGLITZ, Joseph E.; ROSENGARD, Jay K. **La Economía del Sector Público**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022.

Complementar:

ARRETCHÉ, Marta. **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A construção do campo de análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 89, p. 7-23, 2015.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Disciplina: Gestão do Orçamento Público e Governança Financeira

Professor: Esp. Mário Mendes Barbosa Júnior

Carga Horária Total: 30h

Ementa

Planejamento orçamentário, alocação eficiente de recursos e governança financeira no setor público. Aspectos orçamentários, patrimoniais e fiscais das políticas públicas. Contabilidade aplicada ao setor público. Princípios e processos na administração dos recursos públicos, incluindo elaboração, execução e controle do orçamento (PPA, LDO e LOA). Responsabilidade fiscal e mecanismos de controle e auditoria. Planejamento orçamentário de políticas públicas, eficiência, sustentabilidade financeira, transparéncia e práticas de governança na gestão de políticas públicas.

Referências Bibliográficas
Básicas:

ALBUQUERQUE, Cláudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas - AFO: Volume 1: Gestão Orçamentária**. 4^a ed. Brasília: Editora Gestão Pública, 2022.

ALBUQUERQUE, Cláudiano; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas - AFO: Volume 2: Gestão Fiscal**. 4^a ed. Brasília: Editora Gestão Pública, 2022.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 18^a ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Complementares:

BRASIL. **Manual Técnico do Orçamento**. Ministério do Planejamento e Orçamento. Edição 2023. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2023.

BRASIL. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). 10^a ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2023.

TEIXEIRA, Alex Fabiane; GOMES, Ricardo Corrêa. **Governança pública:** desafios e perspectivas contemporâneas. Revista do Serviço Público, v. 72, n. 2, p. 123-145, 2021.

Disciplina: Financiamentos e Recursos para Políticas Públicas e Parcerias Público-Privadas

Professor: Me. Edir Lopes de Oliveira Junior

Carga Horária Total: 30h

Ementa

Captação de recursos para políticas públicas, incluindo normas de licitação, contratos administrativos e Parcerias Público-Privadas (PPPs). Processos de seleção, execução e fiscalização de contratos, com foco em aspectos jurídicos, financeiros e de governança com foco em políticas públicas. Análise das exigências para captação de recursos, como emendas parlamentares, chamamentos públicos e programas de transferência de recursos federais. Prevenção de fraudes, gestão de riscos e cumprimento de normas éticas e legais.

Referências Bibliográficas

Básicas:

CORDEIRO, Fabiana; PACHECO, Janaina; SOUZA, Mauro; LIMA, Rita; HEUBEL, Tálita; NAKASHIMA, Vivian. **Captação de Sucesso:** Estratégias Vencedoras / Manual Prático para Captadores de Recursos. 1^a ed. Brasília, DF: Observatório do Texto, 2024.

ROCHA, Igor Lopes; RIBEIRO, Rafael Saulo Marques. Projetos de parceria público-privada: fatores que influenciam o sucesso. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 4, p. 977-1000, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/rGxPYhmkdNpxMTvD7ZQymcG/>. Acesso em: 07 maio 2025.

SILVA, Mauro Santos (Org.). **Concessões e parcerias público-privadas:** políticas públicas para provisão de infraestrutura. Brasília: IPEA, 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (Brasil). **Licitações & Contratos:** Orientações e Jurisprudência do TCU. 5^a ed. Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência, 2024.

Complementares:

PREMCHAND, A.; GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (Orgs.). **Coletânea**

planejamento e orçamento governamental: volume 2: temas e questões sobre a gestão da despesa pública. Brasília: ENAP, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/877>. Acesso em: 07 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Economia. **Resultados intermediários do PPA 2020-2023:** Brasil.

Brasília: SECAP, 2021. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/525659>. Acesso em: 07 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **PPA 2020-2023:** Plano Plurianual. Brasília:

Ministério do Planejamento e Orçamento, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/plano-plurianual/paginas/ppa-2020-2023>. Acesso em: 07 maio 2025.

Disciplina: Inovação Tecnológica em Políticas Públicas

Professor: Dr. Rafael Delfino Rodrigues Alves

Carga Horária Total: 30h

Ementa

Inovação tecnológica e transformação digital na implementação, execução e monitoramento de políticas públicas. Uso de tecnologias como inteligência artificial, *big data*, *blockchain* e *IoT* nas políticas públicas. Melhoria da eficiência, transparência, sustentabilidade e participação cidadã por meio de soluções tecnológicas. Governança digital, ética e segurança no uso de dados. Aplicação de soluções digitais para resolver problemas públicos.

Referências Bibliográficas**Básicas:**

AMARAL, Fernando. **Introdução à Ciência de Dados.** Alta Books, 2016.

DAVENPORT, Thomas H. **Big Data no Trabalho.** Alta Books, 2014.

DIVINO, Sthéfano Bruno Santos. Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) e Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 24, n. 1, p. 45-67, 2025.

JANNUZZI, P. M. **Políticas Públicas, Valores e Evidências em tempos de inteligência artificial.** Campinas: Alínea, 2024.

SILVA, João; PEREIRA, Maria. **Inovação tecnológica no Brasil:** desafios e insumos para políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 12, n. 3, p. 45-67, 2023.

Complementares

OLIVEIRA, Carlos; SOUZA, Ana. Evidências, Políticas Públicas e Inteligência Artificial: Por uma virada cognitiva, política e epistemológica no Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 18, n. 1, p. 67-89, 2023.

FERREIRA, Pedro; LIMA, Fernanda. A Inteligência Artificial e os desafios para a organização político-administrativa. **Revista de Ciência Política**, v. 22, n. 3, p. 101-120, 2022.

OOMEN, Tessa; GONÇALVES, João; MOLS, Anouk. Rage Against the Artificial Intelligence? Understanding Contextuality of Algorithm Aversion and Appreciation. **International Journal of Communication**, v. 19, p. 609-633, 2024.

MAGRANI, Eduardo. **Entre dados e robôs:** ética e privacidade na era da hiperconectividade. 2. ed. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico

Professora: Dra. Cristiane Rachel de Paiva Felipe

Carga Horária Total: 30h

Ementa

Desenvolvimento de competências metodológicas para pesquisa acadêmica e produção de trabalho de conclusão de curso. Estrutura do TCC. Características da redação científica. Importância do Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) na coleta de dados. Normas da ABNT. Métodos de pesquisa. Introdução aos Métodos qualitativos e quantitativos para análise de políticas públicas. Redação e apresentação de resultados de pesquisa. Diretrizes para elaboração de projetos de intervenção no setor público.

Referências Bibliográficas

Básicas:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2022. 158 p.

LAKATOS, Eva Maria., MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa.** 9 ed. São Paulo: GEN Atlas, 2021. 304 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2016. 317 p.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração.** São Paulo: Ed. Harbra, 2001. 498 p.

Complementar:

MENDONÇA, Furtado de; ROCHA, Claudia Regina Ribeiro; NUNES, Eliane Prudente; REGINO, Sueli Maria. **Metodologia científica**. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2003, 133 p.

FERNANDES, José. **Técnicas de Estudo e Pesquisa**. Goiânia: Kelps, 2000. 273 p.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Como escrever um artigo científico**. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, Recife, v. 4, p. 97-115, 2007.

Disciplina: Participação Cidadã, Transparência e Acesso à Informação em Políticas Públicas

Professora: Dra. Alessandra Siqueira Lessa

Carga Horária Total: 30h

Ementa

Mecanismos de participação cidadã na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Práticas de transparência governamental e acesso à informação, com ênfase na promoção de *accountability* e controle social. Análise das legislações e normas relacionadas à transparência, como a Lei de Acesso à Informação, e sua aplicação no contexto das políticas públicas. Boas práticas para o engajamento da sociedade civil nas decisões políticas. Inovações nos processos de participação, transparência, eficiência e legitimidade das políticas públicas.

Referências Bibliográficas**Básicas:**

ALVES, Elizeu Barroso. **Accountability e transparência pública: uma proposta para a gestão pública de excelência**. Curitiba: Intersaber, 2021.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CANHADAS, Fernando Augusto Martins. **O direito de acesso à informação pública: o princípio da transparência administrativa**. Curitiba: Appris, 2018.

DAMIANI, Gerson. **Governança e Democracia Representativa**. São Paulo: EDUSP, 2017.

GUIMARÃES, Jairo De Carvalho; GIMENEZ, Fernando Antônio Prado; FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes. **Políticas públicas com cidadania: participação, gestão social e democracia**. São Paulo: Paco e Littera, 2024.

MACIEL, Caroline. **Fundamentos da Transparência Pública**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

Complementares:

MARTINS JÚNIOR, Wallace Paiva. **Transparência administrativa: publicidade, motivação e participação popular**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LESSA, Alessandra Siqueira. **Comunicação pública, transparência e participação: a atuação das Ouvidorias no Poder Legislativo**. 2022. 235 f. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

RODRIGUES, Karina Furtado. **Desvelando o conceito de transparência: seus limites, suas variedades e a criação de uma tipologia**. Cad. EBAPE.BR, v. 18, n. 2, Apr-Jun 2020.

Disciplina: Políticas Públicas: Estratégias de Combate à Desigualdade Social

Professor: Dr. Claudio Roberto Stacheira

Carga Horária Total: 30h

Ementa

Análise multidisciplinar dos fatores sociológicos, culturais, antropológicos, políticos e econômicos que influenciam a pobreza e a desigualdade no Brasil. Identificação e formulação adequada dos problemas e objetivos em cada área de atuação das políticas públicas, com foco nas estratégias para a redução das desigualdades sociais. Abordagem das questões relacionadas à pobreza, inclusão e ao acesso a direitos fundamentais. Estudo das ferramentas e metodologias para identificar e avaliar as ações disponíveis nas políticas públicas, visando soluções eficazes para a promoção da equidade social.

Referências Bibliográficas

Básicas:

ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das Desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

DELGADO, Ana Luiza de Menezes. et al. **Gestão de políticas públicas de direitos humanos**: coletânea. In: DELGADO, Ana Luiza de Menezes. et al (Orgs). Brasília: Enap, 2018.

SECCHI, L.; COELHO, F.S.; PIRES, V. **Políticas públicas**: Conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

Complementares:

PITOMBEIRA, Delane Felinto; OLIVEIRA, Lucia Conde de. Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1699-1708, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25n5/1699-1708/>. Acesso em: 07 maio 2025.

CARVALHO, Davi; AGUIARI, Geisa; SANTOS, Priscila Maia dos. A desigualdade, crises e políticas públicas em debate na Economia Contemporânea. **Economia e Sociedade**, v. 34, n. 2, 2025. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2025/05/06/a-desigualdade-crises-e-politicas-publicas-em-debate-na-economia-contemporanea/>. Acesso em: 07 maio 2025.

Disciplina: Gestão Pública e Sustentabilidade: Práticas de ESG no Setor Público**Professor:** Dr. Renato de Sousa Faria**Carga Horária Total:** 30h**Ementa**

Análise das políticas públicas ambientais e de sustentabilidade, com foco na integração de práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) no planejamento e gestão pública. Implementação de ações que promovam a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável no setor público. Exploração das principais ferramentas e estratégias para integrar a sustentabilidade nos processos de tomada de decisão governamentais. Análise do papel das organizações públicas na promoção da responsabilidade social e ambiental. Adoção de boas práticas de ESG no gerenciamento de recursos públicos e no cumprimento das metas ambientais. Agenda 2030 e ODS no contexto das políticas públicas estaduais.

Referências Bibliográficas**Básicas:**

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Prática Recomendada: **ABNT PR 2030: Ambiental, social e governança (ESG) — Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações**. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

BLACKROCK; FINK, Larry. **Letter to CEOs: A Time for Change**. BlackRock, 2020. Disponível em: <https://www.blackrock.com/ch/individual/en/themes/sustainable-and-transition-investing>.

FREEMAN, R. Edward. **Stakeholder Theory: The State of the Art**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

GALINDO, Fábio; ZENKNER, Marcelo; KIM, Yong Jung. **Fundamentos do ESG: geração de valor para os negócios e para o mundo**. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

MAY, Peter H. Overcoming contradictions between growth and sustainability: Institutional

innovation in the BRICS. **Chinese Journal of Population Resources and Environment**, v. 19, n. 3, p. 210-225, 2021.

Complementares:

CRUZ, Pedro Lucas; ÁVILA, Lucas Veiga; PIMENTA DINIS, Maria Alzira; BAGGIO, Daniel Knebel. Environmental, social and governance (ESG) and innovation in the construction sector: Systematic Literature Review. **Revista de Administração da UFSM**, v. 16, n. 4, p. e1, 2023.

KOESTER, S.; SCHERER, A. G. Sustainable Investment and Corporate Financial Performance in Brazil. **Journal of Business Ethics**, v. 30, n. 2, p. 200-220, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios para o investimento responsável**.

Disponível em: <https://www.unpri.org/download?ac=9956>, acesso em 10 de maio de 2024.

Disciplina: Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

Professora: Ma. Evelyn de Castro Cruvinel

Carga Horária Total: 30h

Ementa

Metodologias para Monitoramento e Avaliação (M&A) de políticas públicas, com ênfase na análise de dados e na promoção da melhoria contínua dos programas. Análise comparativa do M&A em experiências nacionais e internacionais. Definição e utilização de indicadores para M&A, com foco na eficácia e eficiência dos programas. Formulação e aplicação de M&A de políticas públicas em Goiás considerando o contexto histórico e as particularidades locais. Estruturação de sistemas de M&A para metas e resultados, incluindo a definição de indicadores estratégicos. Compreensão dos níveis e fluxos de monitoramento nas políticas públicas, com ênfase na gestão e no controle de processos.

Referências Bibliográficas

Básicas:

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Avaliação de políticas públicas:** guia prático de análise ex ante, volume 1. Brasília: IPEA, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Avaliação de políticas públicas:** guia prático de análise ex post, volume 2. Brasília: IPEA, 2018.

INSTITUTO JONES SANTOS NEVES (IJSN). **Guia para Avaliar e Monitorar Políticas Públicas.** Volume 1 a 4. Vitória: IJSN, 2021. Disponível em: <<https://ijsn.es.gov.br/projetos-especiais/simapp/guia-para-avaliar-e-monitorar-politicas-publicas>>.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Avaliação de Políticas Públicas:** Por onde começar? Um Guia prático da metodologia do Marco Lógico. Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: <<https://fjp.mg.gov.br/wp->>

content/uploads/2021/04/01.06_AvaliacaoDePoliticasPublicas_GuiaMarcoLogico_FJP.pdf
f>

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Guia prático para elaboração do Mapa de Processos e Resultados e Mapa de Indicadores. Belo Horizonte: FJP, 2022. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/09.06_Guia-MaPR.pdf>.

JANNUZZI, P. M. Políticas Públicas, Valores e Evidências em tempos de inteligência artificial. Campinas: Alínea, 2024.

JANNUZZI, P. M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2012.

JANNUZZI, P. M. Avaliação de Políticas Públicas: guia prático de análise de efetividade e eficiência. Campinas: Alínea, 2017.

Complementares:

DIREITO, D.; KOGA, N. M. Instrumentos e integração de políticas públicas: a rede do Cadastro Único. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 5, p. 1286-1306, 2020

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas públicas e usos de evidências no Brasil:** conceitos, métodos, contextos e práticas. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11121>. Acesso em: 6 maio 2025.

INSTITUTO JONES SANTOS NEVES (IJSN). **Guia para Avaliar e Monitorar Políticas Públicas.** Volume 1 a 4. Vitória: IJSN, 2021.

Disciplina: Econometria e Métodos Quantitativos em Políticas Públicas**Professor:** Me. Erik Alencar De Figueiredo**Carga Horária Total:** 30h**Ementa**

Introdução à econometria. Métodos de análise quantitativa aplicados às políticas públicas. Requisitos e critérios para a escolha do método de análise quantitativa. Causalidade entre diferentes variáveis de resposta na avaliação de políticas públicas. Testes de hipóteses. Implementação da análise de dados e interpretação dos resultados. Aplicações práticas com bases de dados reais do Estado de Goiás. Análise de custo-benefício e de custo-efetividade em políticas públicas.

Referências Bibliográficas**Básicas:**

WOOLDRIDGE, J. **Introdução à Econometria**- Tradução da 7^a Edição Norte-Americana: Uma Abordagem Moderna, Gengage, 2023.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data**. 2 ed. Cambridge, MA: The MIT Press, 2010.

Complementares:

ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. **Mostly Harmless Econometrics**: An Empiricist's Companion. Princeton: Princeton University Press, 2009.

IMBENS, Guido W.; RUBIN, Donald B. **Causal Inference for Statistics, Social, and Biomedical Sciences**: An Introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

Disciplina: Aplicações Setoriais e Estudos de Caso
Professor: Me. Alessandro Melo da Silva
Carga Horária Total: 30h
Ementa
Análise de estudos de caso reais nacionais, aplicando os conhecimentos adquiridos ao longo do curso. Proposição de soluções inovadoras para desafios reais do setor público com foco em políticas públicas voltadas para a saúde, educação, combate à pobreza e redução da desigualdade social.
Referências Bibliográficas
<p>Básicas:</p> <p>ARRETCHÉ, M. Trajetórias das políticas públicas no Brasil. Editora Unesp, 2021.</p> <p>CAIRNEY, P. Understanding Public Policy: Theories and Issues. 2ª ed. Red Globe Press, 2020.</p> <p>DINIZ, E. C.; RIBEIRO, M. M. Planejamento governamental e políticas públicas: teoria e prática no Brasil. Editora FGV, 2020.</p> <p>FARIA, C. A. P. (Org.). Avaliação de políticas públicas: conceitos e experiências brasileiras. Editora Enap, 2021.</p> <p>HOWLETT, M.; MUKHERJEE, I. Handbook of Policy Design. Edward Elgar, 2021.</p> <p>LASSWELL, H. D. A Grammar of Policy Science. Routledge, 2021. (ed. póstuma comentada).</p> <p>LOTTA, G. S.; PIRES, R. R. C.; OLIVEIRA, V. E. (Orgs.). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Editora Enap, 2021.</p> <p>PETERS, B. G. Advanced Introduction to Public Policy. Edward Elgar, 2020.</p> <p>MARQUES, Eduardo C.; ARRETCHÉ, Marta (orgs.). Políticas Públicas no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2020.</p>
<p>Complementares:</p> <p>DUNLOP, C. A.; RADAELLI, C. M.; TREIN, P. The lessons of policy learning: Types, triggers, and actors. Policy and Politics, v. 48, n. 2, p. 281–298, 2020.</p> <p>HEAD, B. W. Evidence-based policy: past, present and future. Public Administration Review, v. 81, n. 6, p. 1146–1153, 2021.</p> <p>HOWLETT, M.; CAPANO, G. The policy design approach: Redesigning policy formulation for complex governance contexts. Policy and Society, v. 41, n. 1, p. 1–16, 2022.</p> <p>LICHAND, Guilherme; SERDEIRA, Amiris de Paula; RIZARD, Bruno. Insights comportamentais para o diagnóstico de políticas públicas. Brasília: Enap, 2022.</p> <p>LINDHOLM, Charles. Estudos de Caso em Ciências Sociais: Uma Introdução. Porto Alegre: Penso, 2015.</p> <p>SCHOMAKER, R. M.; BAUER, M. W. State capacity and the governance of crisis: COVID-19 and the rule of law. Public Administration, v. 98, n. 4, p. 1121–1131, 2020.</p>

14. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

As metodologias de ensino utilizadas nesse curso promoverão o ensino-aprendizagem por meio de aulas expositivas dialogadas, discussões em grupo, revisões e participação em ciclos de palestras conectando os conhecimentos.

Os professores desenvolverão trabalhos individuais e em grupos, com especial atenção aos estudos de casos e de atividades práticas, visando correlacionar os conhecimentos abordados em cada disciplina com situações concretas voltadas para entender os problemas organizacionais e sociais.

A plataforma Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA estará disponível para os professores proporem atividades em sintonia com as aulas presenciais, tendo por base os mesmos princípios educacionais. Assim, os professores poderão utilizar as ferramentas oferecida pela plataforma para maximizar o ensino, na qual podemos exemplificar a disponibilização de materiais de estudo, os fóruns para discussões e chats para reflexões individuais, diálogos pontuais entre docente e alunos para esclarecimento de dúvidas, entre outras estratégias propostas.

Dessa forma, busca-se expor o aluno, desde a primeira disciplina aos princípios e atributos de confiabilidade, legitimidade, boa governança, respeito à diversidade, orientação à valores éticos, alto desempenho, visão de futuro, inovação e foco no cidadão.

Além disso, a matriz curricular foi concebida para trazer dentro em cada disciplina o que há mais novo e relevante na atualidade, buscando abranger assuntos para as diferentes necessidades profissionais dos servidores que atuam em áreas estratégicas no setor público.

14.2. Sistema de Avaliação

A avaliação do rendimento do estudante do MBA em Políticas Públicas abrange os seguintes aspectos:

- I- verificação de frequência;
- II- avaliação da aprendizagem;
- III – trabalho de Conclusão de Curso.

14.2.1. Avaliação da Aprendizagem

Será realizada a avaliação da aprendizagem do aluno por disciplina, levando em conta sua assiduidade e aproveitamento. Para obter aprovação em cada disciplina, além da frequência mínima, cada aluno deverá atingir os objetivos de aprendizagem e desempenho propostos no plano de ensino, e que serão apresentados pelo docente no primeiro dia de aula da disciplina.

A aprendizagem poderá ser avaliada mediante provas escritas ou outros instrumentos de avaliação pelos professores. O aluno deverá obter ao final de cada disciplina, nota final igual ou superior a 7,0 (sete) frequência igual ou superior a 75% do total de aulas. O aluno poderá apresentar recurso ao resultado da avaliação de cada disciplina, a ser interposto exclusivamente pelo interessado na secretaria acadêmica presencialmente, nos 5 (cinco) dias úteis a contar do dia seguinte à divulgação do resultado da avaliação. Nos casos de provas, o aluno poderá pedir vistas. Depois de esgotado o prazo para apresentação do recurso, a Coordenação Pedagógica do curso notificará a decisão do professor em até 10 dias.

14.3 Frequência

A frequência do discente será registrada por meio de sistema eletrônico ou assinatura em lista de frequência, sendo-lhe exigida a frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das atividades programadas para cada componente curricular, sendo considerado, portanto, reprovado o estudante que, independentemente do rendimento que tiver

alcançado, não atingir o percentual mínimo de frequência supracitado.

14.4 Aprovação e Reprovação

Para ser aprovado em uma disciplina, o discente deverá ser avaliado com menção final de no mínimo 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina.

Caso o aluno não atinja a pontuação mínima necessária para aprovação em qualquer disciplina do curso, poderá solicitar uma nova avaliação em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da divulgação das notas, mediante requerimento encaminhado à Secretaria Escolar e decisão da Coordenação-Geral do MBA quanto à pertinência ou não de nova avaliação.

A reprovação, por nota ou frequência, importa que a disciplina seja cursada novamente, no prazo de integralização do curso, mediante requerimento apresentado via SEI, no processo do aluno.

14.5 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC deverá ser elaborado individualmente e relacionado com os resultados do conhecimento construído ao longo do curso, a partir dos desafios encontrados no cotidiano profissional, de modo que seja de natureza propositiva aos órgãos da administração estadual direta, autárquica e fundacional.

O Trabalho de Conclusão de Curso será supervisionado por um orientador de TCC, indicado pelo aluno e aprovado pelo coordenador do curso. Sendo que, cada orientador de TCC acompanhará, no máximo, 5 (cinco) trabalhos de conclusão de curso, desde a elaboração até a entrega do trabalho final.

O TCC terá a forma de artigo científico e atenderá as normas da ABNT. A elaboração, a entrega, a avaliação e a divulgação dos resultados das bancas de TCCs serão definidas em cronograma específico definido pela coordenação do curso.

A avaliação do TCC será realizada por uma banca examinadora composta por três

professores, sendo o orientador (presidente) e dois convidados. Podem ser convidados professores pertencentes ao corpo docente do curso, professores que fazem parte da Superintendência da Escola de Governo de Goiás ou professores de outras instituições de ensino formalmente convidados pelo presidente da banca.

O aluno só participará da banca de defesa de TCC se estiver aprovado em todas as disciplinas do curso. A defesa terá 30 minutos para apresentação do trabalho e 30 minutos para arguições e considerações de cada componente da banca. Ao final da apresentação, a banca examinadora, após decisão consensual, concederá ao aluno um dos seguintes conceitos: aprovado ou reprovado, considerando 7,0 (sete) a nota mínima para aprovação.

O estudante que tiver o seu trabalho considerado aprovado terá 30 dias para apresentar a versão final de seu TCC à coordenação do curso. Não respeitado esse prazo, o estudante não terá direito ao certificado.

Em caso de aluno com o trabalho reprovado, a banca examinadora deverá definir se este poderá ou não continuar com o mesmo tema e, em seguida, o aluno terá um prazo de até 3 (três) meses para realização de seu TCC e nova apresentação à banca examinadora. Caso o aluno não consiga concluir/defender o TCC no prazo previsto, ele poderá pedir por escrito a prorrogação por até 3 (três) meses, cabendo a coordenação do curso decidir sobre o deferimento ou não do pedido. O aluno que não cumprir com as determinações da coordenação do curso será desligado do curso.

15. CERTIFICAÇÃO

O aluno receberá no término do curso e cumpridas as exigências previstas, a certificação de **PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM POLÍTICAS PÚBLICAS**.

O curso será considerado concluído somente após a aprovação em todas as suas disciplinas e atividades relacionadas, segundo os critérios:

- I. Frequência mínima de 75% em todas as disciplinas;

- II. Nota final mínima 7.0 (sete) em todas as disciplinas. Cada uma delas contará com aplicação de provas e/ou elaboração de trabalhos (individuais ou em grupo), a critério de cada docente), bem como proposição de exercícios e estudos de caso;
- III. Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, com nota mínima 7.0 (sete) e
- IV. Entrega da versão final do Trabalho de Conclusão de Curso.

16. RECURSOS HUMANOS

16.1 Coordenação do curso

O curso contará com um coordenador e um apoio de coordenação - atuando junto ao corpo docente e discente, com o objetivo de gerenciar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem. São responsáveis pela orientação técnica, didática e pedagógica, assim como pelo planejamento, formulação, criação, desenvolvimento, acompanhamento, controle e avaliação dos resultados inerentes à implementação das ações educacionais.

16.1.1 Experiência da Coordenação Geral do Curso

Profissional com sólida trajetória nas áreas de educação superior e no desenvolvimento de projetos educacionais e científicos. Possui formação multidisciplinar, sendo graduada em Engenharia Agronômica e em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, com especialização em Desenvolvimento do Potencial Humano pela Franklin Covey. É Mestre em Fitotecnia pela Universidade de Brasília (UnB) e Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). É certificada na aplicação dos Indicadores de Tipos Psicológicos MBTI Step I e II, com foco em desenvolvimento de equipes e lideranças.

É professora em cursos de pós-graduação e extensão, nas áreas de Análise de Dados, Desenvolvimento Humano, Administração e Planejamento. Sua atuação é marcada

pelo desenvolvimento de parcerias institucionais voltadas à geração de soluções inovadoras e sustentáveis, com ênfase em bioeconomia, inovação educacional e políticas públicas voltadas à qualificação de recursos humanos.

Com mais de 20 anos de atuação no ensino superior (Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS e Instituto de pós-graduação – IPOG) e na capacitação de servidores públicos como instrutora da Escola de Governo desde 2023. Tem ampla experiência na elaboração, gestão e avaliação de projetos educacionais e no desenho de programas de formação continuada. Atualmente, atua como Gerente de Ensino Superior e Projetos Pedagógicos na Escola de Governo do Estado de Goiás, onde lidera iniciativas voltadas à qualificação técnica e profissional de servidores do Estado de Goiás por meio de cursos de pós-graduação, promovendo a integração entre conhecimento acadêmico e práticas de gestão pública.

Exerceu papel estratégico como conselheira do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), como representante do Estado. Também atuou como membro do Conselho Técnico-Científico da EMATER, participando ativamente da avaliação de projetos científicos e de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável. Atuou também como Diretora do Núcleo de Pós-Graduação do Centro Universitário de Goiás (UNIGOIÁS), onde coordenou diferentes cursos de pós-graduação lato sensu, além de ser responsável pela implementação e execução de um doutorado interinstitucional, fortalecendo a formação de novos profissionais em diferentes áreas do conhecimento.

16.1.2 Experiência da Coordenação Pedagógica do Curso

Rafael Delfino Rodrigues Alves é pós-doutor e Doutor em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás -UFG (2024) e pesquisador visitante na Erasmus University Rotterdam (Países Baixos - 2022/2023), onde participou de um Grupo de Pesquisa sobre Mídia, Inteligência Artificial, Privacidade e Segurança. Ele é mestre em Comunicação, Mídia e Cultura, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás - UFG (2020), possui especialização em Comunicação, Marketing e Mídia no Setor Público pelo Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP (2017) e graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda - também pela UFG (2010).

Atua como instrutor na Escola de Governo de Goiás desde 2020, ministra disciplinas voltadas à comunicação e negociação para líderes, além de oficinas de Fotografia Institucional, no âmbito da pós-graduação, ele é orientador na especialização em Gestão, Pessoas e Inovação.

Desempenhou atividades na Seção de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão na Academia de Polícia Militar de Goiás. Além disso, atuou como editor-chefe da Revista Brasileira de Estudos em Segurança Pública (REBESP), periódico científico vinculado à instituição. Na mesma instituição, ministrou disciplinas de Direitos Humanos e Metodologia Científica aplicada à Segurança Pública, além de orientar dezenas de pós-graduandos na especialização em Polícia e Segurança Pública.

No âmbito da Universidade Federal de Goiás, ele organizou eventos acadêmicos internacionais e integrou uma equipe Executiva de Projetos de Extensão do Pensar em Direitos Humanos. Atualmente, como pesquisador e professor visitante, ministra a disciplina de Fundamentos em Direitos Humanos no Mestrado do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos.

16.2 Corpo docente

A Superintendência da Escola de Governo possui um quadro de professores com um alto grau de formação e experiência na área para ministrar as aulas da pós-graduação. O Curso conta com um percentual de 90,9% de professores com títulos de mestrado ou doutorado.

TITULARIDADE DOS DOCENTES DO MBA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Doutores	5
Mestres	5
Especialista	1
Total	11

16.3. Nominata

Nominata do Curso de MBA em Políticas Públicas		
COORDENAÇÃO DO CURSO: Cristiane Rachel de Paiva Felipe - Titulação: Doutora em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG)		
PROFESSOR	DISCIPLINAS	FORMAÇÃO ACADÊMICA
1) Alessandro Melo da Silva	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução ao Ciclo de Políticas Públicas • Aplicações Setoriais e Estudos de Caso 	Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Goiás (2014) e graduação em Ciência Política pela Universidade de Brasília (2003).
2) João Paulo Marra Dantas	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmicas Globais e Locais: Governança e Impacto nas Políticas Públicas 	Doutorando em Administração das Organizações pela Universidade Federal de Goiás. Mestrado em Ciência Política (2017), especializações em Políticas Públicas (2014) e Tecnologia de Gestão em Negócios (2021) e graduação em Ciência Política pela Universidade de Brasília (2004).
3) Mário Mendes Barbosa Júnior	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão do Orçamento Público e Governança Financeira 	MBA Executivo em Gerenciamento de Projetos (2005), Especialização em Big Data e Machine Learning (2020) e Graduação em Engenharia da Computação (2003).
4) Edir Lopes de Oliveira Junior	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamentos e Recursos para Políticas Públicas e Parcerias Público-Privadas 	Mestrado em Economia do Setor Público pela Universidade de Brasília - UnB (2023). Especialista em Direito Público pela Universidade Potiguar - UFP (2007) e Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2012). Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade

		Católica de Goiás - PUC/GO (2006) e Gestão Pública pela Universidade Estadual de Goiás - UEG (2015).
5) Cristiane Rachel de Paiva Felipe	<ul style="list-style-type: none"> • Metodologia do Trabalho Científico 	Doutorado em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Mestrado em Fitotecnia pela Universidade de Brasília (UnB), Especialização em Desenvolvimento do Potencial Humano pela Franklin Covey e graduação em Engenharia Agronômica e em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.
6) Rafael Delfino Rodrigues Alves	<ul style="list-style-type: none"> • Inovação Tecnológica Em Políticas Públicas 	Doutorado em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás -UFG (2024), Mestrado em Comunicação, Mídia e Cultura, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás - UFG (2020). Especialização em Comunicação, Marketing e Mídia no Setor Público pelo Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP (2017) e graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda - também pela UFG (2010).
7) Alessandra Siqueira Lessa	<ul style="list-style-type: none"> • Participação Cidadã, Transparéncia e Acesso à Informação em Políticas Públicas. 	Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília - UnB, com investigação inserida na linha de pesquisa Poder e Processos Comunicacionais (2022). Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás - FIC/UFG, com pesquisa em Mídia e Cidadania (2017). Especialista lato sensu em Comunicação, Marketing e Mídias digitais no Setor Público pelo Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP/DF, em parceria com a Escola de Governo de Goiás (2016). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Católica de Brasília - UCB (2005) e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC/GO (2002).
8) Claudio Roberto Stacheira	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas Públicas: Estratégias de Combate à Desigualdade Social 	Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação e Especialista em Gestão de Projetos pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Professor do quadro permanente da Universidade Estadual de Goiás (UEG) vinculado ao Instituto Acadêmico de

		Ciências Tecnológicas, com atuação no curso de graduação em Sistemas de Informação, no Programa de Pós-Graduação em Gestão, Educação e Tecnologias (PPGET) e Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT).
9) Renato de Sousa Faria	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Pública e Sustentabilidade: Práticas De ESG no Setor Público 	Doutorado e Mestrado em Agronegócio, linha de pesquisa Sustentabilidade e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais, na Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialização em Direito Processual Civil pela UNIPAM e MBA Internacional em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Universidade de Mondragon - Espanha. Graduação em Direito na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
10) Evelyn de Castro Cruvinel	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas 	Mestrado em Estatística (2017) pela Universidade de Brasília (UnB), especialização em Matemática (2009) pela Universidade Federal de Goiás (UFG), graduação em Estatística (2013) e em Matemática (2007).
11) Erik Alencar de Figueiredo	<ul style="list-style-type: none"> • Econometria e Métodos Quantitativos em Políticas Públicas 	Pós-doutorado em Economia pela University of Tennessee, UTK, Estados Unidos, Doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e graduação em Ciências Econômicas pela UFPB.

16.4 Corpo técnico-administrativo

As ações pedagógicas e demais assuntos educacionais na Superintendência da Escola de Governo estão sob a direção da Gerência de Desenvolvimento Profissional, responsável por coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo.

17. INFRAESTRUTURA DA ESCOLA DE GOVERNO

Os espaços físicos que serão utilizados pelo MBA são constituídos por infraestrutura adequada que atende às necessidades exigidas pelas normas institucionais e diretrizes do curso. A infraestrutura compõe-se dos seguintes espaços: salas de aula, instalações administrativas, instalações para os docentes, coordenação, laboratórios de informática, biblioteca, estacionamento e lanchonete.

17.1. Instalações Gerais e sala de aula

- 6 Salas de aula (equipadas com computador com acesso à internet, data show, quadro branco, ar-condicionado e carteiras confortáveis);
- 3 laboratórios de informática (25 computadores em cada laboratório);
- 1 sala de professores;
- 1 biblioteca com espaço para trabalhos individuais e em grupos;
- 1 sala de coordenação de curso;
- 1 lanchonete;
- 2 Estacionamentos (interno e externo).

17.2. Recursos Materiais

Os recursos materiais serão disponibilizados para o curso de acordo com os especificados no plano de ensino, mediante solicitação do docente. Apostilas, textos e atividades extraclasse serão disponibilizados por meio de sala de aula virtual.

17.3. Laboratório de Informática

Os alunos do MBA contarão com três laboratórios de informática, cada um dos espaços equipados com 25 computadores.

17.4. Biblioteca

A biblioteca da Escola de Governo tem a finalidade de apoiar as atividades de ensino dos alunos, contribuindo com o aprendizado e o desenvolvimento. A biblioteca conta com a seguinte estrutura: acervo - ambiente de pesquisa, com três computadores com acesso à internet; - área de leitura e estudo individual e em grupo.

18. REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos: Fundamentos básicos.** 5º Edição. São Paulo: altas, 2003, 205p.

ESCOLA DE GOVERNO. **Proposta Político pedagógica da Escola de Governo do Estado de Goiás.** Goiânia, 2004.

GOIÁS. ESCOLA DE GOVERNO. Link da Escola de Governo, 2009. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.go.gov.br/a-escola.html>. Acesso em: 14 de novembro de 2019.

GOIÁS. **Plano Plurianual 2024-2027.** Goiânia: Governo do Estado de Goiás, 2024. Disponível em: <https://ppa.go.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2024/02/PL-PPA-V.12-02-2024.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025.

_____. Casa civil. **Regulamento Interno da Secretaria de Estado da Administração, estabelecido pelo DECRETO Nº 9.583, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.** Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_decretos.php?id=20839. Acesso em: 06 de março de 2020.

_____. Casa Civil. **Organização Administrativa do Poder Executivo, estabelecido pela Lei: Nº 20.491,** de 25 de Junho de 2019. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=23592. Acesso em: 06 de março de 2020.

_____. Casa Civil. **Programa MOVE Goiás no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo,** estabelecido pelo Decreto: Decreto nº 9.462, de 11 de julho 2019.

OECD (2010), **Review of Human Resource Management in the federal government of Brazil,** OECD Publishing.

OECD (2017a), **Skills for a High Performing Civil Service,** OECD Public Governance Reviews, OECD Publishing, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264280724-en>.

RESENDE, Enjio. **O livro das Competências:** desenvolvimento das competências: a melhor auto-ajuda para as pessoas, organizações e sociedade. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Quallymark, 2003. 224p.

VASCONCELOS, kátia França; TINE, Sandra Zita; ANDRADE, Pedro Ferreira. **Avaliação de Ensino e Aprendizagem.** Brasília: Ceteb, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (ORG). **Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível.** São Paulo: Papirus, 2004.